

## A presença judaica na produção historiográfica brasileira: um balanço

Helena Ragusa\*

Palavras-chave:  
Judeus  
Brasil  
Historiografia

Resumo: Este artigo trata da produção historiográfica sobre os judeus no Brasil, desde o período que abrange a colonização, levando-se em conta a ampla e diversificada atuação destes sujeitos, perpassando pelas mais variadas esferas sociais, políticas, econômicas, culturais e religiosas, com indicações de tipologias dos estudos, aspectos abordados, opções metodológicas e fontes pesquisadas. O objetivo é apresentar um balanço inicial dessa produção acadêmica e, ao mesmo tempo, apontar questões, discutir problemas e identificar os desafios dessa área de pesquisa.

Keywords:  
Jews  
Brazil  
Historiography

Abstract: This article presents the historiography production about the Jews in Brazil since the period, englobing their settlement, taking into consideration the wide and the diversified role of these individuals, in the most different sectors of the community, such as the social, political, economic, cultural and religious fields, according to the kind of studies, the approached subjects, the methodological options and the researched sources. The objective of this article is that of presenting an initial summary, and at the same time, point out questions, discuss problems and identify the challenges of this area of research.

Recebido em 10 de agosto de 2016. Aprovado em 13 de fevereiro de 2017.

A partir da segunda metade do século XVI, um grande fluxo de judeus neoconvertidos oriundos da Espanha e de Portugal chegou ao Brasil fugindo das perseguições ibéricas. O objetivo deles era se livrarem do estigma de cristãos-novos sem que fosse preciso se adaptarem a uma realidade muito diferente daquela à qual já estavam habituados, mantendo a língua e a organização social, como foi o caso do Brasil – um país que possuía tais características:

Aqui, eles trabalharam, enriqueceram ou empobreceram, como outros migrantes vigiados por um tribunal católico. Mais de um milhar foi processado por costumes familiares, que então eram considerados crimes sob o nome de “culpas do judaísmo”, presos ou desterrados para a metrópole, vinte e um deles foram assassinados legalmente e muitos outros morreram nas prisões infectadas. (VALADARES, 2007, p. 24).

Desempenharam os mais diversos papéis nos diferentes setores da sociedade desde os primórdios da colonização até os dias de hoje, “[...] com a ocupação territorial e a exploração econômica do açúcar, sobretudo no Nordeste, a importância desses personagens seria notável” (VAINFAS; ASSIS, 2005, p. 45).

Logo no início de uma de suas mais célebres obras *Casa grande & senzala*, Gilberto Freyre (1963, p. 282), ao analisar os diversos aspectos da formação da sociedade brasileira, traz a figura do cristão-novo em mais de uma passagem, como aquele que fugia das perseguições religiosas e que, ao se estabelecer aqui – segundo ele –, deixou traços de uma “reminiscência sefardínica”.

Em seguida, na obra *Sobrados e Mucambos*, Freyre (1961, p. 319) – em meio a uma narrativa em que busca compreender o brasileiro do século XIX e o processo de europeização que definiu um novo tipo social – já atentava para a presença dos cristãos-novos em nosso território, mais especificamente na Bahia, numerosa, conforme menciona o autor,

\* Mestre pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), em História Social, desde 2012. Professora da UEL desde 2016.  
E-mail: [helenaragusa@yahoo.com.br](mailto:helenaragusa@yahoo.com.br)

praticando a medicina, atuando no comércio e na indústria açucareira.

Em um outro estudo, “Ordem e Progresso”, os neocristãos não ficaram de fora. Embora com uma presença mais sutil e tímida, as análises de Freyre (1962) acerca do homem brasileiro do século XIX, denotam uma atuação em diferentes segmentos daquela sociedade.

Demonstrando um forte interesse pela temática, Anita Novinsky (1972) aprofundou aquilo que a obra freyreiana já havia sinalizado, ou seja, a inserção dos neocristãos na sociedade brasileira. É na Bahia que seus estudos mais aprofundados acerca do cristão-novo vão se dar. Para a autora, cristão-novo seria “a cabeça, do Estado do Brasil no século XVII”, tendo uma pequena burguesia” (NOVINSKY, 1972, p. 18). Nesse estudo, é possível perceber a posição do cristão-novo na estrutura da Colônia, à medida que, “[...] se transferia, sua ascensão social, bem como sua participação na vida econômica, social e administrativa” (NOVINSKY, 1972, p. 20). Além disso, uma das questões que teria despertado sua curiosidade seria compreender o fenômeno “marrano” justamente quando se deu a ocupação holandesa, quando a prática judaica passou a ser admitida e os judeus constituíam uma comunidade “relativamente livre”, e, ainda, quando os cristãos-novos passaram a ser suspeitos de terem corroborado para o sucesso da invasão holandesa.

Tendo dado uma ampla dimensão sobre como os cristãos-novos viviam na Colônia, mais especificamente na região Nordeste do século XVII, diversos outros estudos foram e vêm surgindo, buscando dialogar e debater acerca da inserção desses personagens naquela sociedade daquele período, sob diferentes enfoques, de forma a perceber a importância desses agentes na formação da sociedade brasileira, bem como os legados por eles deixados.

Apesar de a repercussão ter ocorrido mais tarde, podemos afirmar que a trajetória dos cristãos-novos dentro da historiografia nacional iniciou-se mais precisamente no ano de 1940 quando o tema da imigração e da presença judaica no Brasil tornou-se objeto de investigação. José Antonio Gonsalves de Mello foi um dos pesquisadores que passou a

constituir um campo de interesse para aqueles que se dedicavam ao tema. Suas pesquisas – as quais resultariam em uma série de artigos e estudos fundamentais para a compreensão da questão judaica no Brasil – trouxeram para a época, uma maior clareza sobre a inserção dos judeus e neocristãos em território brasileiro tanto no início como no decorrer do Brasil Colônia, tendo como enfoque principal as regiões que correspondiam principalmente ao domínio holandês (FALBEL, 2008).

Voltando à trajetória dos estudos em torno da presença judaica no Brasil, Nachman Falbel nos aponta que, na década de 1950, várias iniciativas buscaram apoio para formar um arquivo para os estudos históricos judaicos no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte e, posteriormente, em São Paulo. Lamentavelmente o projeto fracassou, tendo em vista que não existia, segundo o autor, uma consciência histórica<sup>1</sup> em torno dessa questão. O objetivo seria incentivar as pesquisas sobre os judeus no Brasil e os possíveis resultados preservando toda uma documentação que futuramente poderia, então, fazer parte da História Nacional (FALBEL, 2008).

Preocupado em como a historiografia brasileira vem tratando a questão judaica no Brasil e como esse tema foi e vem se desenrolando nas diversas narrativas confrontadas por ele, Falbel (2008) nos apresenta, logo na primeira parte de seu trabalho, um panorama bastante rico no que concerne à presença desses personagens em nosso território, principalmente no que se refere ao tema da imigração e também à formação das primeiras comunidades.

Foi somente a partir do final da década de 1970 que se formou um Arquivo Judaico no Brasil, na cidade de São Paulo, cujo acervo documental foi, aos poucos, atraindo e motivando outras pesquisas, as quais resultaram em uma grande variedade de trabalhos que não apenas na época, mas que hoje, com outras publicações, constituem um centro importante para os jovens pesquisadores que se dedicam à trajetória dos judeus no Brasil.

Em relação aos estudos feitos nas décadas de 1950 e 1960 acerca da presença judaica no Brasil, Janaína Guimarães da Fonseca Silva (2007), em seu

esforço de compreender a mentalidade e o modo de vida estabelecido pelos cristãos-novos na região Pernambucana no século XVI, entende que a maioria desses estudos trazia a perspectiva de que, em um primeiro momento, os cristãos-novos ou judeus convertidos que para cá seguiram, carregavam consigo a esperança de que aqui encontrariam uma excelente rota de fuga, tornando-se, desse modo, “os mártires da Inquisição, entendidos como elemento não adaptado à nova realidade ibérica” (SILVA, 2007, p. 10). Segundo a autora, outros estudos, anteriores, e que não estavam necessariamente voltados para o tema, buscaram explicar a presença cristã-nova na América portuguesa em fins do século XIX e começo do século XX, como uma espécie de “nódoa” na História do Brasil:

Os cristãos-novos seriam um grupo à parte, que esteve aqui num momento específico. Sem nenhuma relação direta com todos os “feitos” glorificados pela historiografia dominante, deixando uma ou outra marca, tratada do ponto de vista da assimilação por outros como Gilberto Freyre, Câmara Cascudo ou Capistrano de Abreu. (SILVA, 2007, p. 10).

Muito mais do que buscar uma terra onde não houvesse perseguições, os cristãos-novos estavam inseridos em uma dinâmica mercantilista originária dos diversos deslocamentos realizados por esses indivíduos que levou à formação de redes familiares e comerciais espalhadas por várias regiões. Outro exemplo que podemos apontar seriam aqueles que vinham para a Colônia apenas para cuidar dos interesses de outros cristãos-novos, ou ainda aqueles que usavam o Brasil como rota, como escala para seguir posteriormente para o norte da Europa (SILVA, 2007).

De fato, com o passar do tempo, a pesquisa histórica em torno do cristão-novo no Brasil avançou não só na quantidade de trabalhos realizados nessa área mas também na qualidade com que eles se apresentam. Sob um viés econômico, a história sobre a vida dos cristãos-novos na Colônia referia-se ao Brasil como um lugar de excelentes oportunidades de enriquecimento, compreendendo

que essa seria uma razão bastante forte para que os judeus batizados tivessem interesse em se estabelecer no país na esperança de encontrar um ambiente próspero e favorável. José Gonçalves Salvador (1976) em “Os Cristãos-Novos. Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680)”, obra de destaque da década de 1970, desenvolveu um estudo sobre o povoamento e a conquista do solo brasileiro por parte dos cristãos-novos entre os séculos XV e XVII, neste o autor enfatiza a liberdade e a segurança – elementos que, no Reino, lhes eram negados e que aqui encontrariam, além dos benefícios como condições de trabalho e enriquecimento. Para o autor, “[...] tão benéficas eram as condições do novo país ao raiar do seiscentismo, que o número deles começava a impressionar” (SALVADOR, 1976, p. 48).

O tipo de análise apresentada é bastante pertinente, pois muitos dos que para cá vieram acabaram prosperando e lucrando com as atividades que faziam parte do cenário da época, fosse a atividade marcada pela exploração do pau-brasil, matéria-prima extremamente valorizada pela Coroa; o estabelecimento da empresa açucareira, a qual, pelo menos por um século, foi a principal fonte de lucro para os portugueses ou, ainda, atraídos pelas oportunidades do ouro nas Minas Gerais.

Atentando para a importância desses personagens no período colonial, observando as obras de autores clássicos que analisaram a construção da empresa açucareira e o papel deles enquanto financiadores dessa empreitada, Silva informa que:

Foram os cristãos-novos os responsáveis pelo financiamento e pelas demais etapas do processo, incluindo o refinamento e distribuição do produto. Entre os autores voltados para o estudo da formação brasileira, como Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque dentre outros, a importância econômica destes cristãos novos ou “judeus portugueses” é um consenso. (SILVA, 2007, p. 4).

Devemos também admitir a existência de uma maior documentação sobre a participação dos

neocristãos no nordeste açucareiro, considerando que, desde o início da colonização, esses personagens se estabeleceram na região, mais especificamente na Bahia e em Pernambuco, mantendo ali, suas comunidades por mais de 200 anos (SILVA, 2005).

De qualquer forma, é preciso estar atento ao fato de que a saída de judeus e cristãos-novos da Península Ibérica envolveu questões muito mais amplas, as quais precisam ser reconstituídas se quisermos entender o estabelecimento desses agentes em nosso território.

José Gonçalves Salvador, em outro estudo (1978), atenta para essa questão quando se interessa pela intensa participação dos cristãos-novos no comércio desenvolvido no Atlântico Meridional dentro da conjuntura econômica portuguesa, concentrando seus estudos na área sul do Brasil, nos atuais estados do Espírito Santo, de São Paulo e do Rio de Janeiro. Naquela época, o autor já alertava para a necessidade de se investigar sobre a atuação dos neocristãos nessas regiões, tendo em vista as muitas que se envolveram e as relações que nelas foram se estabelecendo, fossem como artesãos, ocupando cargos públicos, lavradores ou como homens de negócio.

Outro espaço explorado pelo autor é do atual estado de Minas Gerais tendo identificado ali um papel bastante atuante por parte dos cristãos-novos que para lá seguiram, possibilitando-nos ter uma dimensão de como ocorreu a inserção desses sujeitos naquela sociedade. Segundo ele, lá eles teriam os mais variados tipos de atividades e cargos como o de mercadores atuantes, médicos e advogados<sup>2</sup>.

Neusa Fernandes (2004), em sua investigação sobre “Crimes de Judaísmo em Ouro Preto”, também identifica a presença cristã-nova em solo mineiro, atribuindo-a à extração do ouro, onde se os judeus se engajaram, vivendo inclusive próximos das minas, nas primeiras vilas surgidas na região. A autora complementa, ainda, afirmando a versatilidade desse grupo em relação aos diversos papéis que desenvolviam ao dedicarem-se a todo o tipo de transação financeira e comercial.

Segundo Novinsky, “[...] as atividades que passaram a exercer no país<sup>3</sup> indicavam sua rápida

inserção na sociedade, estabelecendo relações que, ao longo do tempo, foram se consolidando” (NOVINSKY, 2001, p. 168). A autora aponta para a grande diversidade de comportamento desses agentes, além de uma rica atuação nos diversos setores que comportavam a sociedade na época, como foi o caso da região mineradora.

Dos 300 mil portugueses que vieram a se estabelecer em Minas, grande parte era composta de “[...] cristãos-novos que combinavam a atividade mineradora com agricultura e tráfico de escravos e outras mercadorias, conquistando os lucros mais altos” (NOVINSKY, 2005, p. 163-169).

O sucesso desses agentes estaria de acordo com Salvador (1992), relacionado aos espaços em que vinham a se estabelecer como as áreas que pertenciam à Coroa, pagando um alto preço por elas. O autor cita que muitos cristãos-novos conseguiram se livrar do Fisco inquisitorial, desfazendo-se de seus bens na Península<sup>4</sup>, investindo-os no Brasil, e mais particularmente na região mineira.

Em se tratando da tradição religiosa, Salvador (1992, p. 19), explica que saídos da Europa, ou de diferentes regiões do Brasil – São Paulo, Rio de Janeiro ou região nordeste – muitos integravam a classe eclesiástica, como os sacerdotes de origem hebreia desempenhando “ações difíceis de entender”, como o caso daqueles que se camuflavam por meio da religião cristã, “[...] consentiam a participação destes nas confrarias e nos cultos que dedicavam a figuras da tradição israelita”.

Esses seriam, por exemplo, os marranos ou criptojudeus citados por Anita Novinsky quando também se interessa pela região mineradora. Antes mesmo de Novinsky (2001) apontar para as perseguições sofridas por esses personagens, Salvador (1992) revela que grande parte daqueles que seguiram para a região acabaram rendendo-se às riquezas oferecidas por ela, fato esse que teria chamado a atenção dos Familiares do Santo Ofício<sup>5</sup>, de seus representantes espalhados por todo o território mineiro auxiliados, em alguns casos, por capitães-do-mato para chegarem até os denunciados:

Assim que a pessoa se encontrasse detida, procedia-se imediatamente ao

seqüestro [sic] dos bens e ao arrolamento dos mesmos. Só lhe excluía as roupas que trazia no corpo. Era o conhecido inventário. Citavam-se em primeiro lugar os imóveis, depois os móveis, que incluía os escravos, os utensílios, as jóias [sic], o ouro em espécie e em moedas, as dívidas e os créditos, e, enfim, todos os pertences. Do total se pagavam as despesas efetuadas até o embarque do infeliz com destino à Inquisição, no reino, onde, por seu turno, metiam-no no cárcere. (SALVADOR, 1992, p. 175-176).

No entanto, podemos afirmar que as perseguições que teriam se iniciado no século XVIII enfrentaram muitas dificuldades, tendo em vista a ocupação territorial bastante espalhada feita pelos neocristãos, levando a um número reduzido de prisões.

Também, pelo sucesso na integração dos cristãos-novos em solo mineiro, acreditamos que tanto os estudos de Anita Novinsky quanto os relatos feitos por Salvador nos levam a crer que os fatores que impediram a prisão de um grande número de cristãos-novos estariam relacionados àqueles de ordem econômica, isto é, Portugal sabia do peso que os neocristãos possuíam nas atividades locais; também, nem sempre as áreas de ocupação na região das Minas eram de fácil acesso, dificultando, assim, o trabalho dos familiares; e, por fim, havia aqueles que, por interesses diversos, acabavam intercedendo pelos cristãos-novos que viessem a ser detidos pelo Tribunal<sup>6</sup> (SALVADOR, 1992).

Ao perceber o considerável aumento no número de cristãos-novos que aportavam aqui, estudos começaram a surgir na historiografia brasileira redimensionando o lugar que estes passaram a ocupar no passado colonial, isto é, entendendo-os como agentes históricos, sujeitos de sua própria ação<sup>7</sup>. Essa participação intensa na atividade econômica colonial demonstra o quanto os recém-conversos fincaram raízes na colônia, desenvolvendo estreita convivência com a comunidade de cristãos-velhos<sup>8</sup> (HERMANN, 2005).

Dessa forma, saindo da esfera econômica, outras temáticas relacionadas à presença cristã-nova no Brasil passaram a ganhar força. A partir da

década de 1970, o fator social, cultural e religioso passou a fazer parte dos estudos que buscavam compreender a atuação desses indivíduos na formação da sociedade que aqui se formava<sup>9</sup>. Cada vez mais surgiam indícios de que a participação dos cristãos-novos na história nacional havia sido bem mais complexa do que se supunha, não se limitando apenas a um determinado setor, tampouco a um único espaço, “[...] a mobilidade dos cristãos-novos na colônia brasileira foi frequente [sic] e ininterrupta” (NOVINSKY, 2001, p. 168).

O sentido de se narrar uma história sobre tais personagens no mundo luso-brasileiro seria compreender sua atuação na sociedade e as dificuldades que enfrentaram diante das perseguições sofridas por esta e pela Inquisição, indicando resistências em relação à cultura<sup>10</sup> e à religião que lhes eram impostas e que, de certo modo, levaram este grupo a forjar, transformar e subverter aquilo que não era permitido a ele para manter vivos, de algum modo, seus usos e suas tradições.

Para tanto, o recurso aos escritos de Novinsky tornaram-se imperativos e de grande influência para os pesquisadores voltados a essa temática. Precursora na história dos cristãos-novos no Brasil – mais especificamente na Bahia – no início de 1970, pelo menos sobre o ponto de vista mais cultural, a autora discute, de forma esmiuçada e fecunda, sobre o problema que esses sujeitos enfrentavam na América Portuguesa.

Lina Gorenstein Ferreira da Silva (2005), por exemplo, ao estudar a presença dos judeus convertidos no Brasil durante o século XVIII, nos chama a atenção para o fato de que grande parte deles vivia nas mesmas ruas que eram ocupadas pela camada elitista, encontrando-se entre os mais ricos senhores da época. A autora remete-se a eles como homens de negócio, diretamente ligados à atividade agrícola do açúcar enquanto senhores de engenho e donos de escravos, ao mesmo tempo, em que também atuavam em outras atividades – muitos deles eram médicos e advogados (SILVA, 2005, p. 141). Nesse sentido, fica subentendida a ideia de que estavam inseridos ao meio social em que se encontravam, estabelecendo relações que iam, em alguns casos, além do fator econômico.

Entretanto, ainda que estivessem entre os burgueses, os cristãos-novos, segundo Salvador (1976), baseando-se nos autos inquisitoriais do século XVIII, não eram bem quistos na capital fluminense a não ser quando “cultivavam a afeição” ou por interesses econômicos. O autor afirma, ainda, que tal hostilidade para com os de origem hebraica vinha dos clérigos e do Governo e não propriamente do povo. Para ele, já havia no Rio de Janeiro uma comunidade sefardita desde há anos e “[...] não raro cristãos-novos e cristãos-velhos assistiam juntos às missas em igrejas rurais ou citadinas” (SALVADOR, 1992, p. 160).

Quanto aos casamentos, aqueles que nasciam da união entre os cristãos-novos e os gentios não eram vistos com “bons olhos” pela sociedade, sendo uma das razões incorrerem no risco de desagradar a Inquisição<sup>11</sup>. Silva (2005, p. 148) indica que, em relação aos neocristãos, a rede de parentesco era reforçada pelo comportamento endogâmico, isto é, grande parte casava-se entre si.

Contraditoriamente, Salvador (1992) revela que muitos casamentos mistos ocorriam, mesmo nas famílias mais arraigadas ao judaísmo, não mostrando importar-se com a questão da pureza étnica. Quanto ao olhar da Igreja frente a essa questão, ao que parece reinava um liberalismo na capitania, a explicação estaria no fato de que:

A própria religião favorecia em parte a relativa convivência de judeus e de cristãos. As duas crenças acatavam o Antigo Testamento e esposavam em comum certas noções. Por sua vez, o Judaísmo abandonara algumas práticas tradicionais, a exemplo da circuncisão. Os cristãos-novos, porém, tornaram-se ecléticos, não só porque abandonaram ou suavizaram as referidas práticas, mas porque, também, adotaram praxes do Catolicismo, ainda que, no geral por obrigação, sobretudo depois que foi instituído o Tribunal do Santo Ofício. (SALVADOR, 1993, p. 163-164).

Contudo, pode-se afirmar que tanto Salvador quando Gorenstein concordam que o Rio de Janeiro representava na época um porto seguro, mas que não estava livre de discriminações e

perseguições e “[...] quando o Santo Ofício investiu contra os cristãos-novos fluminenses, mostrou sua vulnerabilidade”<sup>12</sup> (SILVA, 2005, p. 152).

As relações cotidianas que, ao longo do tempo, foram se consolidando entre cristãos-novos e os demais habitantes da colônia tornaram-se objeto de uma grande variedade de estudos. As manifestações culturais da religião foram transmitidas de uma geração para outra. Além disso, embora existam aqueles que apontem para certo afastamento do judaísmo, é possível perceber que a prática da tradição judaica não foi abandonada, e aos poucos, não todos, mas alguns neoconvertidos trataram de inseri-la na esfera pública à qual pertenciam<sup>13</sup>.

Observando em segredo sua tradição e tendo a alimentação como uma das formas de mantê-la, os cristãos-novos contribuíram para a culinária brasileira significativamente, conforme nos relata Luís da Câmara Cascudo (2001), em seu estudo acerca dos hábitos alimentares deste grupo desde sua chegada – levando-se em consideração ainda as dificuldades na disponibilização de ingredientes – por exemplo, a substituição da gordura pelo azeite de oliva.

A diversidade religiosa, característica marcante da colônia brasileira, onde toda a diversidade cultural e religiosa era vivida e, portanto, inserida no dia a dia das populações que aqui se encontravam, apresentava traços católicos misturados a outras formas de crença, estando, entre elas, o judaísmo. Os cristãos-novos do século XVIII, por exemplo, não tinham mais uma identidade judaica, mas eram considerados judeus por quase toda a sociedade e pelo Tribunal Inquisitorial e mantinham uma memória judaica (SILVA, 2005).

É importante ressaltarmos que a proposta de se realizar um estudo sobre os cristãos-novos no Brasil não é tarefa simples, posto que, dentre outros fatores, sua origem está dissolvida entre os povoadores e imigrantes portugueses, confundindo-se entre eles<sup>14</sup>. Contudo, o interesse de estudiosos que buscam compreender as diversas maneiras do cristão-novo lidar com essa ascendência, suscitou pesquisas voltadas para as movimentações e adaptações decorrentes da expulsão e conversão

forçada ao cristianismo, assim como os múltiplos comportamentos possíveis, enquanto mantenedores ou não da cultura judaica.

Nesse sentido, foi se abrindo e abre-se cada vez mais um universo de possibilidades, sobretudo, as inúmeras fontes existentes, tornando possível identificar e desvendar os papéis desenvolvidos por tais personagens em nosso território, relacionados aos costumes, ao comportamento e às tradições que eles traziam.

Começando pela conversão forçada à qual os cristãos-novos foram submetidos, leituras recentes apontam para o fato de que esse processo não foi determinante para que os judeus abandonassem seus hábitos e costumes. Havia sim aqueles que, embora fossem membros de uma mesma família, seguiram caminhos diferentes, isto é, alguns optavam por permanecer dentro do cristianismo, professando-o com convicção, mas eram muitos aqueles que, ignorando o batismo forçado, decidiram pela volta às raízes judaicas ou retornavam a elas na primeira oportunidade (PERNIDJI, 2005).

Ainda que estivessem frente a duas realidades incompatíveis, uma cristã e outra judaica, grande parte dos cristãos-novos vivenciavam o judaísmo secretamente ou, em alguns casos, no sentido de sobrevivência, acabaram transformando suas tradições religiosas.

Os documentos derivados dos procedimentos inquisitoriais contra a prática do judaísmo, dentre eles as listas provenientes dos Autos da Fé<sup>15</sup>, constituem um rico material, na medida em que carregam não só elementos ligados à religiosidade dos neocristãos, mas também relacionados à sua vida cotidiana em seus mais corriqueiros aspectos, fornecendo ao pesquisador um vasto campo a ser investigado. Talvez, como destacado por Hermann (2005), a fragilidade da estrutura eclesiástica na América Portuguesa e a distância da vigilância e do risco de punição inquisitorial favoreceram a continuidade da religião proibida.

Da mesma forma, Ângelo Adriano Faria de Assis (2010, p. 19) acredita que a falta de um tribunal inquisitorial estabelecido e o crescimento da economia açucareira permitiram que muitos se

tornassem “senhores de engenho”, sendo boa parte deles os donos desses engenhos, não se limitando a se dedicarem somente a estes, mas a uma série de outras atividades, o que comprova sua plena integração na sociedade.

Em contrapartida, há aqueles que consideram a ligação com a fé judaica razão suficiente para que a tradição não fosse esquecida, levando para as prisões portuguesas centenas de cristãos-novos acusados de criptojudaísmo<sup>16</sup>, afinal, “[...] o Tribunal do Santo Ofício mantinha aqui seus delegados, seus quadrilheiros, seus partidários. Para aqui se transferiram seus visitantes” (OMEGNA, 1969, p. 16).

Mas, o fato é que esses documentos, essas fontes, propiciaram e propiciam ao historiador desvendar outras faces do neoconverso e de sua atuação no Brasil Português, de maneira que sua presença não seja entendida apenas dentro de uma perspectiva. A inserção dos neocristãos na historiografia brasileira é algo que vem sendo construída já há algum tempo, embora bastante diluída como aqui, conforme vimos nas obras de Freyre ou Cascudo. O fato é que, por trás das atividades exercidas pelos cristãos-novos no Brasil enquanto colônia, muitos elementos culturais e religiosos – caso sejam codificados – podem revelar a existência de uma memória histórica que legitima a importância de se estudar a presença desses personagens na construção do Brasil.

Certamente não negamos, na atualidade, os avanços significativos em torno de uma produção consistente em torno da presença judaica no Brasil. Ao contrário, no que tange a outras esferas onde também se produz o saber, como o saber histórico escolar, mantém-se um Brasil ainda formado a partir de três raças, deixando de lado outros personagens, como é o caso dos judeus que para cá vieram atuando nos mais diversos espaços no processo de formação da sociedade brasileira.

## Notas

1 Falbel (2008) atribui essa ausência de consciência histórica à sociedade em geral, mas também à própria comunidade judaico-brasileira, aquela que, segundo ele, não soube valorizar naquele período, o papel

desempenhado pelos judeus na formação da sociedade brasileira.

2 Muitos não possuíam profissão definida, outros se dedicavam a trabalhos mais simples, como era o caso dos artesãos, sapateiros, ferreiros, alfaiates, carpinteiros, donos de lojinhas de “secos e molhados” ou, ainda, aqueles que não tinham ofício algum e se mantinham com empréstimos (SALVADOR, 1992).

3 Anita Novinsky, tida como pioneira no assunto, abriu novos horizontes para a pesquisa histórica acerca da questão judaica no Brasil. Grande parte de sua produção demonstra as várias atividades exercidas pelos cristãos-novos ao longo do período colonial e além dele, como é o caso de seu livro *Ser marrano em Minas Colonial* (2001).

4 Segundo o autor, para esses indivíduos era mais fácil o estabelecimento no solo mineiro, tendo em vista os conflitos inquisitoriais que reduziam os bens a valores em moeda, ouro, diamantes e joias, o que ele designa como “*coisas fáceis de ocultar*”, de transportar e aplicar (SALVADOR, 1992).

5 É interessante ressaltar que do ponto da cinematografia, nesta outra linguagem semiótica, *A Muralha*, em uma adaptação da obra de Dinah Silveira de Queiroz, transposta para o meio audiovisual, no ano 2000, com a autoria de Maria Adelaide Amaral e direção geral de Denise Saraceni e Carlos Araújo, transmitida pela Rede Globo de televisão, os cristãos-novos surgem pela primeira vez. A minissérie, composta de 49 capítulos, tem como cenário o Brasil Colônia – mais especificamente, a região de São Paulo em fins do século XVII e início do XVIII –, e, dentre os diversos personagens históricos, destacam-se os cristãos-novos e a ambiguidade com a qual sua presença era percebida, ou seja, ora como falsos conversos, ora como importantes no que se refere ao significativo peso econômico que representavam para a região. Certamente a temática aqui levantada e que se refere ao campo cinematográfico necessita de fôlego, uma pesquisa aprofundada, o que não caberia aqui. Porém, o fato de ser a primeira série a apresentar a questão em tela que toca o problema dos judeus novos, da inquisição, da relação com os jesuítas, enfim, talvez mereça um olhar mais atento, uma vez que é escassa a abordagem da presença destes sujeitos neste caso.

6 Ainda assim, foram 57 presos em Minas Gerais, oito destes condenados à morte – somente a eles era sentenciada tal pena (NOVINSKY, 2005).

7 Outros estudiosos contribuíram para a constituição de uma historiografia judaica no Brasil, como é o caso de José Gonçalves Salvador (1976), Sônia Siqueira (1978), Egon Wolff e Frieda Wolff (1975) e Elias Lipiner (1977).

8 Até o ano de 1496, não havia denominações de cristão novo e cristão velho. Foi durante o reinado de D. Manuel, rei de Portugal, que tais designações passaram a existir, quando, ao final do século XV, instituiu aos judeus a conversão forçada ao cristianismo.

9 Vale lembrar que até a década de 1960 a produção historiográfica sobre o período colonial não conheceu, de acordo com Laura de Mello Souza (2003), obras particularmente significativas no tocante às abordagens de história da cultura, o que provavelmente explica a produção historiográfica brasileira em torno do “cristão-novo” ter tido um caráter mais econômico.

10 O conceito de *cultura* ao qual nos referimos seria aquele defendido por Geertz (1989) a partir de Max Weber, ou seja, como uma teia de significados para dar sentido ao mundo, aos grupos que nele existem e, as relações que estabelecem dentro e fora dele.

11 No Rio de Janeiro, a presença sefardita contava desde a campanha de Estácio de Sá contra os franceses, constituindo assim um grupo numerosamente considerável. Atraindo, assim, a atenção da Inquisição. A ação do Santo Ofício se fez bastante presente no Rio de Janeiro. Um exemplo seria a prisão do mercador Diogo Lopes de Cádiz, cristão-novo, no ano de 1594 (SALVADOR, 1992). Já nos estudos de Gorenstein, a autora relata que o total de presos chegava à casa dos 300, sob a acusação de criptojudaísmo (SILVA, 2005).

12 Segundo Gorenstein (2005), foram um pouco mais de 300 presos, todos acusados de criptojudaísmo. No entanto, a perseguição não estaria relacionada à heresia contra os católicos, mas sim devido ao sangue judeu.

13 É importante destacarmos que cada cristão-novo criou uma individualidade própria, com características e especificidades próprias também. Muitos cristãos-novos, de fato, deixaram o judaísmo de lado, tentando aceitar o cristianismo, renegando o judaísmo, descontentes com as desconfianças de que eram vítimas por carregarem o sangue de um necocristão. A ocorrência do criptojudaísmo e sua intensidade variam no tempo, no espaço e em cada caso. Quanto mais próximos do período em que ocorreu a conversão forçada, mais possível encontrarmos cristãos-novos que praticavam a fé judaica. Com o tempo, muitas práticas e o conhecimento do judaísmo pelas novas gerações foram caindo no esquecimento. O que sobreviveu mesmo, mais do que o criptojudaísmo, foi uma identidade marrana, um sentimento de pertença a um grupo que é vítima de preconceito e perseguições sociais as mais diversas.

14 Valadares (2007), em um estudo sobre a genealogia dos cristãos-novos no Brasil, nos possibilita ter uma boa dimensão de como se deu a sucessão genealógica dos judeus convertidos em 1497 e os descendentes cristãos-novos no Brasil, ocultados pelos mecanismos de assimilação, que teriam sido criados propositalmente pelo Estado.

15 Na definição de Carvalho (1992), as listas dos Autos da Fé, constituem-se como documentos manuscritos pelos padres notários do Santo Ofício do século XVII, a partir do que são quase todas impressas. Em seu conteúdo, estariam os nomes dos condenados com os seguintes dados: idade, profissão, filiação ou matrimônio,

a profissão do pai ou marido, local de nascimento e domicílio, condenações anteriores e a sentença que cada um deveria receber.

16 É sabido que a abordagem do Santo Ofício sobre os cristãos-novos na Europa foi muito mais violenta gerando um grande número de mortes. Contudo, é fato que as perseguições sofridas pelos que aqui se encontravam levaram a uma perda significativa da cultura judaica. Todavia, em estudos como o de Anita Novinsky, em sua obra intitulada *Inquisição: prisioneiros do Brasil séculos XVI a XIX* (2009), é possível verificar que os cristãos-novos representavam o maior número de prisioneiros do país. Segundo a autora, constituíam 1.076 presos entre homens e mulheres. Novinsky ainda constata ter sido feito o maior contingente de aprisionados na primeira metade do século XVIII: 555 pessoas, também entre homens e mulheres.

## Referências

- ASSIS, A. A. F. A Torá na Terra de Santa Cruz. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 18-20, jul. 2010.
- CARVALHO, F. M. **Raízes judaicas no Brasil: o arquivo secreto da inquisição**. São Paulo: Nova Arcádia, 1992.
- CASCUDO, L. da C. **Mouros, franceses e judeus: três presenças no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 2001.
- FALBEL, N. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo: Humanitas, 2008.
- FERNANDES, N. Crimes de judaísmo em Ouro Preto. In: ENCONTRO NACIONAL DO ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E IDENTIDADE, 3., 2004, Belo Horizonte: **Anais...** Belo Horizonte: Instituto Histórico Israelita Mineiro: Arquivo Histórico Judaico Brasileiro, 2004. p. 85-90.
- FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Ordem e Progresso**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- \_\_\_\_\_. **Casa-grande & Senzala**. 12. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.
- HERMANN, J. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial. In: GRINBERG, K. (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 87- 111.
- LIPINER, E. **Santa inquisição: terror e linguagem**. Rio de Janeiro: Ed. Dromedário, 1977.
- NOVINSKY, A. W. **Cristãos-novos na Bahia: a inquisição**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- \_\_\_\_\_. Ser marrano em Minas Colonial. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 161-176, 2001.
- \_\_\_\_\_. Marranos e a Inquisição: sobre a Rota do Ouro em Minas Gerais. In: GRINBERG, K. (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 161-199.
- \_\_\_\_\_. Novos elementos para a história de São Paulo Paulistas cristãos-novos contra os jesuítas. **Revista USP**, São Paulo, n. 65, p. 96-104, mar./maio 2005b.
- OMEGNA, N. **Diabolização dos judeus: “martírio e presença dos sefardins no Brasil colonial”**. Rio de Janeiro: Record, 1969.
- PERNIDJI, J. E. **A saga dos cristãos-novos**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.
- SALVADOR, J. G. **Os cristãos-novos**. Povoamento e conquista do solo brasileiro (1530-1680). São Paulo: Pioneira, 1976.
- \_\_\_\_\_. **Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional: com enfoque nas capitais do Sul, 1530-1680**. São Paulo: Pioneira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Os cristãos-novos em Minas Gerais durante o ciclo do ouro (1695-1755): relações com a Inglaterra**. São Paulo: Pioneira, 1992.

SILVA, L. G. F. Um Brasil subterrâneo: cristãos-novos no século XVIII. In: GRINBERG, K. (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 137-160.

\_\_\_\_\_. **Modos de pensar, maneiras de viver: cristãos-novos em Pernambuco no século XVI**. 2007. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

SIQUEIRA, S. A. **A inquisição portuguesa e a sociedade colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

SOUZA, L. de M. Aspecto da Historiografia da Cultura sobre o Brasil Colonial. In: FREITAS, M. C. de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 17-38.

VAINFAS, R.; ASSIS, A. A. F. A esnoga da Bahia: cristãos-novos e criptojudaísmo no Brasil quinhentista. In: GRINBERG, K. (Org.). **Os judeus no Brasil: inquisição, imigração e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 43-63.

VALADARES, P. **A presença oculta: genealogia, identidade e cultura cristã-nova brasileira nos séculos XIX e XX**. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007.

WOLFF, E.; WOLFF, F. **Fatos históricos e mitos da história dos judeus no Brasil: ensaios, conferências, artigos**. Rio de Janeiro: Xenon Editora e Produtora Cultural Ltda, 1996.